

O DISCURSO JURÍDICO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA CIDADE DE BAURU NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Guilherme Rocha Sartori, Lúcia Maria Vianna Possas. – História – Ciências Sociais – Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

A presente pesquisa faz parte do projeto “*As Cidades Paulistas. Estudo do cotidiano na Comarca de Bauru: as relações de gênero no processo de modernização/modernidade*”, financiado pelo CNPq/PIBIC e está vinculada ao grupo de pesquisa “Cultura e Gênero”, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq, coordenado pela Dr^a Lúcia Maria Vianna Possas.

Analizamos na presente pesquisa as relações de gênero¹ e as práticas sociais na cidade de Bauru - SP, através da releitura do cotidiano, a partir dos inquéritos policiais, correspondente ao período de 1910 a 1950, disponíveis no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Bauru e Região – “Gabriel Ruiz Pelegrina” – da Universidade do Sagrado Coração. Optou-se por Bauru por ser importante região estratégico-militar do centro-oeste paulista, marcada pelo complexo processo de modernização/modernidade caracterizado por descontinuidades (GIDDENS, 1991), conflitos e temporalidades diversas.

Tomaremos como referenciais empíricos da pesquisa, o espaço de atuação da Comarca de Bauru (1910) com as cidades circunscritas à sua jurisdição, entendido como uma divisão territorial específica do poder judicial que não coincide com as delimitações territoriais regionais e municipais de natureza político-administrativa. Muitas vezes, esta dualidade de poderes vivenciou conflitos de delimitação e limites de poder. Até 1950, as áreas das Comarcas paulistas sofreram processos de constantes desmembramentos e de redefinição de uma territorialidade que vieram a se consolidar com arranjos e rearranjos políticos até os dias atuais.

A pesquisa, em suas preocupações metodológicas, está inserida no movimento de mudança proposto pelas abordagens da “nova história” (BURKE, 1992) e da “história cultural” (HUNT, 1992). Nessa perspectiva faz-se necessário “juízos autônomos” (ELIAS, 2001) sobre os processos históricos, onde o saber histórico é construído a partir da lógica interna do objeto de pesquisa. A investigação envolve o cotidiano das cidades (POSSAS, 2001) - procurando descortinar a narrativa da História Oficial a fim de evidenciar novos sujeitos - em consonância com as reflexões antropológicas, originado da abordagem da cultura, entendida como “teia de significados” (GEERTZ, 1989), que apresenta diferentes sentidos na recepção, apropriação, interpretação e resignificação por parte dos indivíduos (SILVA, 2000), com práticas sociais constituídas como “bens culturais” (BOURDIEU, 2000) onde as formas e as relações de poder se imbricam no ato da narrativa (FOUCAULT, 1995).

Até o momento foi possível constatar nos inquéritos policiais em análise, a persistência de concepções marcadamente misóginas e autoritárias do discurso jurídico, justificadas em nome de uma “ordem pública” que mascara as práticas sociais de exclusão e dominação, ocasionando o ocultamento da inserção feminina no espaço público e de suas formas de resistência. Através dos indícios e fragmentos observados na análise parcial dos documentos é possível constatar as tensões e os conflitos existentes entre o discurso jurídico e as formas de sociabilidade feminina no processo de formação e de modernização da sociedade bauruense.

¹ A categoria Gênero, nesta pesquisa não será entendida como sinônimo de “mulher”; será traduzida como uma categoria que possui um território específico diante da insuficiência dos corpos teóricos existentes e que procura ressaltar a persistência da desigualdade, da construção dos perfis de comportamento feminino e masculino, definida uma em função da outra, relacionada e constituída cultural e historicamente em um tempo, espaço e cultura determinada. Introduzida recentemente na historiografia brasileira, possibilitou ampliar e diversificar as temáticas, as abordagens e aprofundar questões do imaginário feminino, bem como a utilização de uma documentação cada vez mais diversificada. Ver Matos (2000), Possas (2001), Muraro (2001) e Soihet (1989).

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2000.

BURKE, P. (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.

ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HUNT, L. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GEERTZ, C. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed da Unesp, 1991.

MATOS, M. I. S. *Por uma História da Mulher*. Bauru: EDUSC, 2000.

MURARO, R. M; PUPPIN, A. B. (Orgs.) *Mulher, Gênero e Sociedade*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará/FAPERJ, 2001.

POSSAS, L. M. V. *Mulheres, Trens e Trilhos: Modernidade no sertão paulista*. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, H. R. “A História como representação do passado”: a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, C. F; MALERBA, J. (Orgs.). *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas/SP: Papirus, 2000. p. 81-99.

SOIHET, R. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.